

## **PLATAFORMA DA CHAPA 2 - CONSTRUÇÃO SINDICAL**

Colega Auditor-Fiscal,

Realizaremos em breve as primeiras eleições do nosso novo Sindicato, o SINDIFISCO NACIONAL. Nessa primeira gestão, as direções eleitas deverão consolidar a unidade da nova categoria, inaugurada na campanha salarial de 2007/2008 e aperfeiçoada com o processo de unificação das entidades sindicais.

Plenárias, Seminários – inclusive um realizado em Belo Horizonte - e, no final, um Congresso Nacional Unificado garantiram que todas as posições fossem representadas, sem que nenhuma das culturas envolvidas fosse imposta às demais. O estatuto aprovado traz avanços na organização e democratização da nossa vida sindical.

A unidade da categoria, porém, não será garantida por estatuto, por melhor que ele seja. Ela se concretizará no dia-a-dia, no local de trabalho e no encaminhamento das lutas por meio do sindicato.

Nós, componentes da chapa **CONSTRUÇÃO SINDICAL**, apresentamo-nos aos colegas com o objetivo de participar ativamente da consolidação dessa unidade. Temos experiência na condução sindical e vontade de realizar esse trabalho. Contamos com colegas oriundos da Receita Previdenciária e da Receita Federal, aposentados e ativos de setores diversos da RFB.

Apresentamos nossos princípios e propostas e pedimos seu voto e participação na nossa gestão.

### **Prioridade: a valorização do cargo e a defesa das atribuições**

Durante muitos anos o cargo de Auditor Fiscal da RFB esteve sob mira dos implementadores do Estado mínimo no Brasil, inclusive dos que participavam das cúpulas das Administrações Tributária e Previdenciária.

Na Receita Federal, diversas normas infralegais limitaram a autoridade do AFRFB e concentraram o poder de decisão na Administração do órgão. O papel arrecadatário foi exacerbado, em detrimento da fiscalização e da garantia da justiça fiscal. Os Auditores Fiscais precisaram se mobilizar para impedir a autarquia da Receita, a transferência da prerrogativa do lançamento tributário para o órgão e a implementação de mudanças na legislação dos Portos Secos que fragilizavam a fiscalização aduaneira frente aos interesses privados.

Na Previdência Social, os Auditores muitas vezes estiveram expostos a dificuldades no exercício de suas atribuições. Seja por ingerência política, seja pela edição de atos que, aos olhos mais atentos, mais pareciam agressões ao sistema previdenciário. Outro ponto crítico enfrentado foram as frequentes interpretações sobre o propalado déficit previdenciário, orquestrado dentro do próprio governo, por segmentos interessados unicamente na privatização do sistema.

A atual Administração da RFB vem anunciando a intenção de promover mudanças que interromperiam o processo de desprestígio do cargo e há uma grande expectativa da categoria por essas medidas. Mas não podemos nos acomodar e transferir para a Administração o que é também tarefa nossa.

Lutaremos pela recuperação da autoridade do AFRFB, pois a valorização do cargo e sua remuneração estão diretamente associadas ao pleno exercício das atribuições privativas do Auditor Fiscal.

## **Princípios**

### **1 - A Democracia e a Ética como princípios básicos da atuação sindical**

O compromisso de todo o grupo nas ações sindicais e no trabalho será pautado pela ética, não se desviando deste caminho, sejam quais forem as vantagens e facilidades envolvidas.

O relacionamento com todos os colegas será respeitoso, independente das posições políticas e sindicais, bem como da posição que ocupem na estrutura da RFB. Incentivaremos a participação de todos nas discussões e atividades sindicais e estaremos abertos às sugestões dos colegas na condução da Delegacia Sindical.

Respeitaremos as decisões das assembleias e das instâncias deliberativas do Sindicato e trabalharemos por sua implementação.

### **2 - Defesa do Estado brasileiro, da instituição RFB, da justiça fiscal e da Seguridade Social**

O trabalho do Auditor Fiscal da RFB é fundamental para garantir os recursos necessários à manutenção do Estado brasileiro e da Seguridade Social, além das políticas sociais e econômicas, indutoras do desenvolvimento nacional. Por isso, a defesa de nossas atribuições e a valorização do cargo do AFRFB, por meio de salário e prerrogativas compatíveis com nossas responsabilidades, não são uma luta meramente

corporativa, mas confunde-se com a própria defesa do Estado, da instituição RFB, da justiça fiscal e da Seguridade Social.

Defenderemos o aperfeiçoamento da legislação tributária, reconhecidamente regressiva e injusta, o fortalecimento da Seguridade Social e da Aduana como garantia dos interesses nacionais e da concorrência leal.

### **3 - Independência em relação à Administração, ao governo e aos partidos políticos**

O sindicato é a entidade de representação política da categoria e não pode se confundir com a Administração. Projetos que sejam favoráveis à sociedade, à RFB e à categoria devem ser apoiados, porém sempre com espírito crítico.

O relacionamento com o governo, os parlamentares e os partidos políticos será guiado pela defesa dos interesses da categoria, da justiça fiscal e da Seguridade Social. Nossa ação corporativa não será estreita e não limitará nossas lutas, nem negociaremos nossos princípios.

### **4 - Sindicalismo de lutas**

Nos dois últimos anos, as direções nacionais das nossas entidades elegeram o bom relacionamento com a Administração como principal estratégia de ação. Essa opção, porém, não trouxe os benefícios que anunciava. Durante a gestão Rachid não houve avanço na recuperação das nossas atribuições ou nos regulamentos internos que prejudicam a categoria.

Depois de meses de “negociação” salarial, que nos obrigou a recorrer à greve por longos 52 dias, o movimento foi encerrado com uma proposta de reajuste pior que a oferecida pelo governo em 2007, principalmente em relação ao calendário de implementação, que ficou defasado de um ano em relação ao da Polícia Federal.

A implantação do subsídio foi uma conquista importante, mas trata-se de uma política de governo para as carreiras consideradas típicas de Estado que nos foi oferecida desde o início da negociação, em 2007.

Na transição para o subsídio, não foi negociada a GIFA integral para os aposentados, que foram prejudicados com a perda de parte dessa gratificação.

Os Auditores mais novos tiveram um reajuste melhor, mas estarão sujeitos ao Sidec, que trará conseqüências muito negativas à progressão na carreira.

No final da negociação, as direções nacionais defenderam a aceitação do rebaixamento da proposta para o salário inicial, o que é incompatível com as

responsabilidades assumidas desde a posse. A combinação desse rebaixamento com o Sidec criou um novo “fosso” para os futuros colegas, ainda mais perverso que o anterior.

O acordo defendido pelas direções nacionais não tratou do abono dos dias parados, nem sequer garantiu sua negociação posterior. Os colegas que participaram da greve foram atingidos não só financeiramente (o que foi possível amenizar com os fundos de greve), mas também nos seus assentamentos funcionais, com reflexos até hoje não negociados.

Ao contrário da greve de 2006, quando saímos fortalecidos, em 2008 a categoria saiu desarticulada e com mais dificuldade para resistir aos ataques contra seus direitos.

Esse rápido histórico mostra que o caminho para as conquistas da categoria passa pela participação, pelo debate, pelo trabalho parlamentar competente e pela mobilização. A ilusão de que uma Diretoria Nacional, isolada da categoria e “bem relacionada” com o poder, possa resolver nossos problemas acabou.

Defendemos que o novo sindicato retome a tradição de luta das entidades unificadas. O bom relacionamento com a Administração deve ser buscado, mas não é garantia de resultados favoráveis e não pode substituir a força da categoria participativa.

### **Propostas:**

1. Respeito às culturas sindicais, buscando integrá-las na construção de uma nova cultura.
2. Lutar pelo fim do MPF, pela revogação do lixo normativo e pelo resgate da autoridade do Auditor Fiscal no Regimento Interno e nas outras normas da RFB.
3. Pleitear, junto às administrações locais, ações que sejam demandadas pela categoria, referentes às condições de trabalho, à insuficiência de treinamento, ao excessivo volume de serviço ou metas inatingíveis, à integração funcional, às condições de saúde dos Auditores Fiscais, entre outras.
4. Combate ao desvio de função e ao assédio moral.
5. Acompanhar a discussão de leis que refletem diretamente no trabalho do Auditor Fiscal e na valorização do cargo, como a Reforma Tributária, Lei das Transações Tributárias, Portos Secos e outras.
6. Promover eventos locais com temas de interesse da categoria, que refletem diretamente no trabalho do Auditor Fiscal e na valorização do cargo.

7. Lutar contra a implantação do Sidec na RFB e pela reversão dos cortes de ponto durante a greve de 2008, impedindo seus efeitos para fins de aposentadoria, remoção e promoção.
8. Lutar pela revisão das verbas indenizatórias como diárias, indenização de transporte e auxílio-alimentação.
9. Acompanhar o trabalho da Diretoria de Assuntos Jurídicos e do Conselho Curador, integrantes do sindicato nacional.
10. Inventariar e acompanhar a tramitação das ações propostas pelo Sindifisp MG.
11. Investir na comunicação com a categoria, por meio de boletins, e-mails, um novo sítio na Internet e um jornal periódico, a partir das experiências do Sindifisp MG e da DS BH do Unafisco Sindical.
12. Trabalhar pela integração de todos os colegas, por meio de debates sindicais, palestras técnicas, eventos sociais e culturais.
13. Reforçar a relação da DS BH com os colegas aposentados, de modo a facilitar a integração dos que trabalharam na SRF e na Previdência Social e hoje não contam com a convivência no trabalho como facilitador dessa integração.
14. Participar ativamente do trabalho parlamentar, em conjunto com a Direção Nacional. Realizar trabalho parlamentar local, inclusive convidando parlamentares de diversos partidos para participarem de eventos da Delegacia Sindical.
15. Criar as Seções da DS BH nas unidades fora de Belo Horizonte, de modo a incrementar a presença do sindicato e facilitar a participação dos colegas dessas localidades.
16. Divulgar entre os filiados o Unafisco Saúde, plano de saúde do Sindicato de adesão facultativa, informando suas vantagens promovendo campanhas de adesão junto aos filiados. Avaliar o grau de satisfação dos usuários do plano e trabalhar pela sua melhoria.
17. Reorganizar administrativamente a DS BH, a partir das experiências da DS BH do Unafisco Sindical e do Sindifisp MG. Elaborar orçamento anual e divulgá-lo para a categoria, bem como as prestações de conta da Diretoria Executiva, com parecer do Conselho Fiscal.

## **COMPONENTES DA CHAPA 2 – CONSTRUÇÃO SINDICAL**

<b>Presidente</b>	<b>Francisco Lyra Júnior - DRF BH / Seort</b>
<b>Vice-presidente</b>	<b>Álvaro Garcia Rabelo - DRF BH / Sefis</b>
<b>Secretário Geral</b>	<b>Marta Clélia da Silva Vieira - Aposentada</b>
<b>Diretor de Finanças</b>	<b>Cássio Afonso P. de Melo - DRF BH / Sefis</b>
<b>Diretora Administrativa</b>	<b>Maria Madalena Vieira - Aposentada</b>
<b>Dir. de Assuntos Jurídicos</b>	<b>Maria de Lourdes Fernandes - DRF BH / CAC</b>
<b>Dir. Aposentadorias e Pensões</b>	<b>Elza dos Santos Scheid - Aposentada</b>
<b>Diretora de Comunicação</b>	<b>Andrea Melo Silva - DRF BH / Sefis</b>
<b>Dir. Assuntos Parlamentares e Relações Intersindicais</b>	<b>Ewerardo Lopes Tabatinga – Aposentado</b>
<b>Dir. de Defesa Profissional</b>	<b>Alexandre Lopes Vianna - DRF BH / Secat</b>
<b>Dir. de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>Ciro Valadares Vasconcelos Jr. - Aposentado</b>
<b>Diretores Suplentes</b>	<b>Amanda Martha V. S. L. Dutra - IRF BH Frederico Machado Rocha- DRF Contagem/Safis Antônio de Lima Mesquita - IRF BH</b>